



**REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE HISTÓRIA.COM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**

***LIBERTATE OPUS EST: ESCRAVIDÃO, MANUMISSÃO E
CIDADANIA À ÉPOCA DE NERO***

Ygor Klain Belchior¹

JOLY, Fábio Duarte. *Libertate opus est: Escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero* (54- 68 d.C). Curitiba: Editora Progressiva, 2010. 293 p.

Produto da tese de doutoramento em História defendida em 2006, este livro de Fábio Duarte Joly aborda um tema muito importante para o desenvolvimento dos estudos sobre a antiguidade clássica: a escravidão antiga. Citamos este tema como importante, pois essa contribuição, especialmente dentro do Brasil, permitiu novas indagações que englobam questões políticas, culturais e sociais para além dos antigos estudos, principalmente aqueles dos séculos XVIII e início do XX, que se calcavam nesse fenômeno como algo estritamente econômico ou moral. Ou seja, estudos que basicamente se desenvolviam tomando a nossa herança aqui na América, com a escravidão africana, seja no Brasil ou no sul dos Estados Unidos, como referência para se compreender a escravidão antiga (p. 24). E isso também vale, segundo Joly, para autores mais renomados, como Moses Finley, que, apesar de propor uma separação entre os conceitos antigos e modernos, ainda se encontrava focado em uma comparação direta entre esses dois mundos tão distintos.²

Para se inserir nesse debate, o autor deste livro se propõe a delimitar o recorte cronológico de sua análise no período do principado Neroniano (54 a 68 d.C),

¹ O autor é Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Norberto Luiz Guarinello, membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP) e Professor de História Antiga da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para mais informações, acessar o site do grupo de pesquisas: <http://leir.fflch.usp.br/> ou o site pessoal do autor: <https://usp-br.academia.edu/YgorBelchior>. E-mail: ykbelchi@usp.br.

² Mais sobre esse debate em BELCHIOR, Ygor Klain ; LANNA, João Victor . Augusto e a escravidão. In: Carlos Eduardo da Costa Campos e Maria Regina Candido. (Org.). *Caesar Augustus*. Entre Práticas e representações. 1ed.Vitória: DLLL-UFES/UERJ-NEA, 2014, v. 1, p. 257-284.

tendo como fontes principais de sua pesquisa autores como Sêneca, Pérsio, Petrônio e Columella. Seu objetivo principal com esse período é o de apresentar o período do Alto Império romano como um lugar onde é possível perceber as diferentes tensões políticas no que concerne à situação social de escravos e libertos, contrariando as antigas perspectivas anteriormente mencionadas e que lidaram com este período através de uma noção que privilegiava a “estaticidade” política e social. Sendo assim, é possível destacar mais uma contribuição importante de sua análise que, além de demonstrar que os libertos e escravos possuíam funções políticas, culturais e sociais importantes para aquela sociedade, Joly também os insere como agentes importantes para a compreensão do funcionamento das sociedades antigas, haja vista que esses setores subalternos por muito tempo foram esquecidos pelas análises históricas.³

Assim, a divisão estrutural deste livro é feita em duas partes: a primeira consiste na exposição e crítica do conceito de sociedade escravista como aplicada ao Império romano e a segunda etapa compreende a análise das fontes literárias contemporâneas e posteriores a Nero. Esta proposta estrutural, por sua vez, é subdividida em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, intitulado “*Roma como sociedade escravista: linhas de debate*”, o autor se propõe a discutir as antigas questões historiográficas e sociais que lidaram com problemas decorrentes da incorporação do conceito de “sociedade escravista” ao Império romano, principalmente nas análises de cunho marxista (econômica). Na contramão dessas tendências, Joly nos indica uma extensa gama de debates influenciados pelas ideias de Moses Finley que visavam testar os limites da compreensão de “sociedade escravista”, como aplicada ao mundo antigo. No entanto, apesar de reconhecer as grandes contribuições deste autor para o estudo sobre a escravidão antiga, Joly nos indica problemas muito pontuais no que diz respeito ao recorte espacial empregado por esse autor: Roma, como cidade ou como um império? (p. 52) e também quanto ao longo período estático empregado na problematização da escravidão, perpassando muitos séculos de história na tentativa de compreender a relação escravo- mercadoria como um modelo válido para Atenas, Roma e até mesmo para as Américas (p. 53).

Realizadas essas indagações, Fábio Duarte Joly dedica o final do primeiro capítulo de seu livro a solucionar os problemas referentes à “*Escravidão e cidadania*”, além de repensar a “*Escravidão e a cidade*” como contrapostas às antigas visões

³ Um exemplo desta afirmação pode ser extraído do livro: OMENA, Luciane Munhoz de. *Pequenos poderes na Roma Imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca*. Vitória: Flor & Cultura, 2009.

econômicas e agrárias que foram realizadas através da leitura dos autores “agrônomos” latinos, como Columella, Catão e Varrão. Dentro dessas perspectivas, o autor também procura debater a justaposição entre liberdade (*libertas*) x escravidão (*servitas*) através do reconhecimento da importância em se destacar que um liberto romano também poderia participar das redes de patronato que visavam cargos políticos e privilégios de ordem econômica (p. 68). E, segundo ele, essas atitudes demonstram o caráter urbano da escravidão e a importância que esta instituição possuía na renovação do corpo de cidadãos da cidade de Roma e de outros centros urbanos do Império (p. 76). E é sobre esse caráter urbano da escravidão antiga que o autor irá se debruçar ao longo de seu livro.

Assim, no segundo capítulo deste livro, intitulado “*Aula Neronis: a escravidão no centro do poder*”, Fábio Duarte Joly realiza um debate sobre a escravidão e os libertos na corte neroniana, além de focar nas atitudes por parte deste imperador para com a plebe romana, através da promoção de festividades vinculadas à escravidão, como a Saturnália. Para tanto, o autor se propõe a analisar e criticar as antigas noções de corte calcadas em acepções negativas e em julgamentos que visavam compreendê-la somente como um *locus* privilegiado para as intrigas e para o luxo (p. 90). Com efeito, através de uma concepção de *aula* (corte) como uma extensão da *domus Caesaris*, Joly salienta que os indivíduos que compunham essa casa (como as mulheres e os libertos) usufruíam de importantes papéis públicos, como o de procurador *portus Ostiensis* (responsável pela gerência do porto de Óstia), além de ser possível observar nas fontes a participação destes libertos no gerenciamento do patrimônio Imperial (p. 111). Ao final deste segundo capítulo, o leitor encontra um debate muito interessante acerca das interpretações de Nero como o *Saturnalicus princeps*, ou seja, uma referência muito clara às atitudes do imperador em relação às comemorações da saturnália, que era marcada pela suspensão das regras de conduta social através da inversão dos papéis entre senhores e escravos. Esta atitude pode ser observada graças à imensa presença de libertos poderosíssimos atuantes na *aula Neronis*, e até mesmo através de referências a casos específicos, como o de Esporo, o liberto que se tornou imperatriz de Roma (p. 129).

Em seu terceiro capítulo, intitulado “*Visões da escravidão à época de Nero*”, o autor se foca no debate entre as fontes coevas ao principado neroniano com o objetivo de verificar as visões de escravidão nelas presentes. Desta maneira, o autor propõe três eixos distintos para analisar o fenômeno da escravidão durante o principado neroniano: a escravidão como ética (Sêneca e o estoicismo), a escravidão

como espetáculo (Petrônio) e a escravidão como uma ciência (Columella). Esses três eixos, por sua vez, são justapostos com duas visões distintas da escravidão antiga, originadas nas ideias de Aristóteles, mas que encontraram seu desenvolvimento através das reflexões estoicas, como em Zenão (século IV a.C) e em Sêneca (século I d.C). No entanto, apesar dessa divisão entre duas visões distintas sobre a temática da escravidão, Joly afirma que essa dualidade encontrará um denominador comum e que acompanhará toda sua análise das fontes na descrição da escravidão: ela era, principalmente, um fenômeno urbano (p. 147).

Já, no último capítulo de seu livro, Fábio Duarte Joly se propõe a analisar de maneira mais aprofundada as "*Visões da manumissão à época de Nero*". Para tanto, o autor divide sua análise em dois momentos distintos: o primeiro onde irá debater acerca das representações dos libertos como escravos, nas obras de Sêneca, Pérsio e Petrônio, e o segundo momento onde nos apresenta a visão do liberto como cidadão. Dessa maneira, em "*Sêneca, Pérsio e Petrônio: o liberto como escravo*", o autor inicia seu debate através da diferenciação evidente na base do pensamento filosófico de Sêneca e na quinta sátira de Pérsio entre liberdade civil e liberdade moral. Essa abordagem serve para demonstrar ao leitor que para autores antigos é possível perceber que a verdadeira liberdade não era simplesmente adquirida através do processo de manumissão (p. 212). Ou seja, é possível perceber no argumento extraído dessas duas fontes que a liberdade civil não corresponderia necessariamente à liberdade moral, já que um liberto (no âmbito civil) ainda poderia ser representado como um escravo no âmbito moral (p. 238).

Ainda na continuação deste capítulo, em "*Libertos entre a domus e a res publica*", o autor desenvolve a perspectiva de que também era necessária aos Imperadores e aos Senadores uma política de controle da própria liberdade que era concedida aos ex- escravos, podendo até, como no caso de *Anais* XIII, 27, ser passível de tentativas de revogação por parte dos antigos *domini*. Assim, quando justapõe suas ideias com o episódio do assassinato do prefeito de Roma, Pedânio Secundo (*Anais*, XIV, 42- 45), Joly demonstra as preocupações referentes aos problemas que poderiam decorrer de uma possível revolta da população contra a sentença que seria promulgada pelo Senado. Caso a decisão fosse apoiada nos austeros costumes do senador Cássio, que era a favor da morte de todos os escravos e de todos os libertos descendentes da casa de Secundo, Tácito relata que os protestos e a violência provocada pela plebe "armada com pedras e tochas" (*Anais*, XIV, 45, 2) poderiam vir a deturpar a ordem. Fato que justificaria a participação e a interferência do

imperador no sentido de preservar a integridade da *res publica* e de seu corpo de cidadãos (*utilitas publica*).

Em suma, e visto essas considerações desenvolvidas ao longo dos quatro capítulos deste livro, é possível apontar que a sua contribuição reside em demonstrar que a manumissão não era utilizada como forma de controle do corpo de escravos, seja no âmbito da *domus* urbana ou da *villa* rural, sendo apenas entendida como uma prática restrita e empregada para recompensar a lealdade dos escravos. Assim, concordamos com o autor que é possível sustentar que o processo de manumissão de um escravo romano não deve ser entendida somente como um estágio a ser alcançado por todos os outros, mas como algo essencial para a renovação do corpo de cidadãos em Roma. Já que os ex-escravos, quando libertos, passavam a adquirir o *status* de cidadão romano, com direito a voto, e a pertencer a uma das tribos urbanas de Roma, coisa bem distinta daquela escravidão racial que temos na América. A escravidão e a manumissão, nesse trabalho de Joly, portanto, aparecem como elementos muito maiores do que apenas de ordem econômica, rural e moral. E é essa a principal contribuição deste livro e que nos leva a querer conhecer mais sobre essa nova (e antiga) realidade que passa a ser desenvolvida nos estudos sobre a Antiguidade Clássica.